

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2001

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS***Reitor***

HERMANO DE MEDEIROS FERREIRA TAVARES

Coordenador Geral da Universidade

FERNANDO GALEMBECK

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

ROBERTO TEIXEIRA MENDES

Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário

ÁLVARO PENTEADO CROSTA

Pró-Reitor de Graduação

ANGELO LUIZ CORTELAZZO

Pró-Reitor de Pós-Graduação

JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL

Pró-Reitor de Pesquisa

IVAN EMÍLIO CHAMBOULEYRON

Diretor Executivo da Escola de Extensão

PAULO ROBERTO MEI

Escola de Extensão da UNICAMP
Universidade Estadual de Campinas
Cidade Universitária "Zeferino Vaz" – Barão Geraldo
Caixa Postal 6085
13.084-971 – Campinas – SP – Brasil

Fones: (019)3788-4646/3788-4648 e fax 3788-4645
e-mail: extecamp@extecamp.unicamp.br
<http://www.extecamp.unicamp.br>

INTRODUÇÃO

A Escola de Extensão da Unicamp foi criada em 1989 pelo Conselho Universitário, com objetivo de coordenar os cursos que não estivessem no âmbito do ensino regular de graduação nem de pós-graduação.

O modelo que se criou então, foi o de um órgão central, capaz de gerenciar a implantação, andamento e conclusão desses cursos, respondendo pela manutenção do padrão de seriedade com que a Unicamp sempre operou e oferecendo à comunidade um sistema básico de normas, formatos e critérios que permitiriam às Unidades e docentes que se concentrassem no conteúdo e na realização dos cursos.

Tendo implantado essas diretrizes durante o quadriênio de 94/98, a Escola dedicou-se a refinar seus controles, melhorar seus modelos, informatizar-se, e divulgar mais eficientemente os cursos no quadriênio seguinte. Com a informatização, uma sistemática de operação bem definida e normas claras foi possível viabilizar junto às Unidades mais ativas a implantação de secretarias próprias que agilizaram o contato com o público alvo. Esse credenciamento de secretarias teve início em 1999, e hoje são 13 secretarias.

Como o próprio modelo de Universidade, o modelo de gerenciamento dos cursos de extensão e da própria extensão como um todo vem sendo alvo de profunda reflexão. As perspectivas mais recentes com a criação da função do Coordenador de Extensão nas Unidades de Ensino sugerem que a extensão venha a se constituir numa importante forma de interação com a comunidade.

REALIZAÇÕES EM 2001

1) CRIAÇÃO DE NOVAS MODALIDADES DE CURSOS

Tiveram início em 2001, as atividades dos primeiros cursos de Mestrado Profissional oferecidos pela Unicamp através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e da Extecamp, um programa do Instituto de Computação e outro da Faculdade de Engenharia Mecânica. Certamente, vários outros programas de Mestrado Profissional serão consolidados pela universidade, já que há uma demanda crescente por essa forma de ensino.

Foi aprovada pela CEPE em maio de 2001 a Deliberação CEPE-A-6/2001 que regulamenta *Cursos de Difusão, Cultural, Científica ou Tecnológica*, uma modalidade de cursos flexível no que tange às normas de nota e frequência, antes obrigatórias. Sua instalação vai permitir: a realização de cursos via TV, cuja frequência não é controlável e cuja duração seria muito inferior às oito horas mínimas determinadas para disciplinas; atendimento de determinados segmentos que não necessitam da atribuição de notas, como “escolas de esportes” para a população em geral, e, além disso, agora que estão inseridas em um sistema, no caso o da extensão, a Universidade terá condições de acompanhar melhor, prestar contas e divulgar realizações dessa natureza.

2) IMPLANTAÇÃO DE PARCERIAS NA REALIZAÇÃO DE CURSOS

A CEPE tendo percebido a grande procura de instituições, associações e empresas interessadas em estar atuando conjuntamente nos cursos, seja no apoio de infraestrutura, operacionalmente ou ainda dividindo a proposta acadêmica, solicitou proposta da Extecamp definindo parâmetros para a realização dessas parcerias. Assim, foi encaminhada à PREAC – Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos

Comunitários, minuta de Deliberação tratando dessa temática que foi discutida durante os Workshops Internos de Extensão promovidos pela Pró-Reitoria, em dezembro de 2000 e abril de 2001.

A proposta definiu, basicamente, duas formas de cooperação, com entidades hospedeiras e com entidades parceiras. No primeiro caso, a relação é apenas de apoio operacional, a entidade hospedeira funcionando como sede, oferecendo infra-estrutura para realização dos cursos fora do campus da Unicamp. No segundo caso, a intenção é atuar em conjunto. Para isto, a proponente deverá apresentar todo seu histórico, bem como, os currículos de seu pessoal para possibilitar a análise da viabilidade de produção em equipe do projeto técnico-pedagógico do curso. A forma de relação é proposta pelo docente e pela entidade, mas a análise e classificação final são de competência da CEPE, segundo a deliberação CEPE A-05/01.

3) DEFINIÇÃO DO ORÇAMENTO DA ESCOLA

A redefinição do suporte financeiro para a Escola foi uma questão fundamental no ano de 2001. À exceção dos salários do pessoal Unicamp, metade dos funcionários da Escola e os demais custos da Extecamp sempre tiveram cobertura por recursos extra-orçamentários advindos do FAE. A partir de maio de 2000 a portaria GR 57/00 reduziu a cota do FAE de 5 para 3%, conseqüentemente houve uma redução de recursos para a manutenção da Escola, que recebia uma parte desses recursos. Os diversos estudos e projeções feitos pela Escola e pela PREAC demonstraram que, para manter a estrutura mínima que se tinha, inclusive com os investimentos em divulgação, atividade fundamental na realização dos cursos, seriam necessários, no mínimo, 5% dos recursos captados por através destes. Ciente da necessidade de preservar uma atuação cujos índices demonstravam eficiência, a Reitoria houve por bem complementar a destinação de recursos até o limite dos 5%.

Em 2000, a Extecamp recebeu R\$ 184.234,61 dos R\$ 5.677.030,00 arrecadados, ou seja, 3,24% da arrecadação e teve despesas de R\$ 217.501,65, ou seja, de 3,83% da arrecadação, isto, mesmo cortando a divulgação na Revista do Correio Popular

e no Jornal Folha de São Paulo a partir de julho de 2000 e a divulgação na Rádio CBN a partir de setembro de 2000. O déficit de R\$ 33.267,04 na Escola foi coberto por um fundo de reserva da Extcamp da ordem de R\$ 50.000,00. Na época este fundo foi reduzido para a faixa de R\$ 15.000,00, o que a experiência comprova ser muito baixo para atender as oscilações mensais de entradas de recursos. Após a redefinição do aporte financeiro, paulatinamente está se recuperando esse fundo. Deve-se salientar que o oferecimento e realização de cursos são sazonais, mas os funcionários e as despesas de divulgação não. Assim, um fundo de reserva, da ordem de R\$ 50.000,00 pelo menos, é fundamental para manter o pagamento de funcionários e divulgação, além das despesas com material de consumo, permanente, e manutenção da Escola, em meses de baixo volume de arrecadação financeira. Um período particularmente delicado é o final de ano, quando ocorrem despesas de 13º salário e férias, e o número de matrículas nesta época é menor, o que obriga a acionar o fundo de reservas.

Visando possibilitar a manutenção e o investimento em equipamentos e infra-estrutura, independente da definição do percentual a ser repassado para Escola definiu-se com a PREAC que os recursos para essas aplicações seriam de origem orçamentária.

Deve-se considerar que a manutenção de uma infra-estrutura adequada permite maior eficiência e qualidade tanto no gerenciamento dos cursos como no atendimento ao público. Possibilita maior e melhor conhecimento da universidade sobre sua atuação nos cursos de extensão além de cultivar junto aos usuários, professores e alunos, uma imagem séria e eficiente, a altura da Instituição.

4) A COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Esse é um assunto deliberado favoravelmente há tempos pelo CONEX, e recentemente, em 2002, aprovado pela CEPE. O reconhecimento institucional da função denota o amadurecimento da universidade frente ao trabalho na extensão que não se constitui só de cursos, mas tem uma abrangência muito grande nas relações entre a Universidade e a Sociedade. A Lei 10.172, de janeiro de 2001, que instituiu o

Plano Nacional de Educação, determina, dentre outros, **“implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as instituições federais de ensino superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no país sejam reservados para atuação dos alunos em ações extensionistas”**.

Embora as Universidades Estaduais, não sejam o objeto direto dessa lei, o Plano Nacional de Educação sinaliza nesta direção, e certamente esse envolvimento será parte da avaliação das Universidades no futuro. Assim, ainda que o mérito da instituição da figura do Coordenador de Extensão seja inequívoco, há que se providenciar para que se consolide uma estrutura de apoio nas Unidades visto que sozinho é impossível ao docente administrar todas as ações de extensão e dar atenção a todo o seu público, sejam alunos, empresas e instituições conveniadas, interessados em estabelecer relações, etc.

É preciso que as Unidades e a Universidade como um todo, propiciem condições que subsidiem as atividades dessa função. Por tratar de uma gama de relações muito ampla é uma função que exige empenho, conhecimento e trânsito em diversas instâncias, e naturalmente é preciso contar com estímulo para assumi-la e suporte administrativo para gerenciar todas essas atividades de modo eficiente.

Planejamento para 2002

Como a Escola atingiu seu objetivo inicial, a comunidade da Unicamp pode agora discutir sobre as novas metas para a Extecamp, ou seja, se é seu desejo manter a Escola no patamar de cursos em que se encontra, ou se deseja expandir essa atividade. A lei 10.172 publicada em 09.01.2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação enumerou entre seus objetivos: **“Garantir, nas instituições de ensino superior, a oferta de cursos de extensão, para atender as necessidades de educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional”**. A Unicamp, na realidade, já atende a referida lei no que tange à preocupação e à perspectiva dos cursos de extensão como instrumento eficiente e prático de interação social.

A migração progressiva do sistema de gerenciamento de cursos da Escola para o atendimento “On Line” é uma meta difícil de se esquivar. Todo crescimento que a Extecamp experimentou nestes 12 anos de funcionamento, mantendo uma estrutura física e de pessoal tão pequena (10 funcionários em média) deveu-se a informatização de grande parte de sua emissão de dados. Vencida essa etapa, há que se automatizar a entrada de dados no sistema. Essa tarefa, porém, depende de equipamentos que suportem a quantidade de usuários, pessoal técnico para os ajustes, panes e desenvolvimento e um cuidadoso procedimento de transferência de atividades e responsabilidades para que não se comprometa a qualidade de um trabalho tão longo.

De qualquer modo, há uma expansão inercial intrínseca ao sistema que vai precisar ser atendida e caso a proposta seja ampliar a atividade de cursos no âmbito da extensão na Unicamp, algumas providências serão de suma importância, como se vê a seguir:

1) EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA EXTECAMP

A eficiência da estrutura de extensão nas Unidades depende em grande parte da capacidade da Extecamp de orientá-las, disponibilizar seu banco de dados e seu sistema de gerenciamento de cursos, acompanhar sua atuação, enfim de gerenciar mais que executar parte das ações relativas a cursos. Essa capacidade por sua vez, tem ligação direta com a sua infra-estrutura.

A Escola de Extensão possui hoje uma área disponível para o atendimento ao público de 28 m², incluindo-se aí os funcionários (três), equipamentos (microcomputadores, impressoras, máquina para fotocópia, armários e arquivos), e espaço para o público, sendo que reservado para este, há apenas 7m², mesma área desde 1997, quando o total de matrículas foi de 9.263.

Foram efetuadas 22.241 matrículas em 2001 sendo que, destas, aproximadamente 1/3 foram recebidas pela própria Escola, e 2/3 pelas secretarias de extensão das unidades de ensino. O trabalho feito nas unidades é processado pela Escola através de seu sistema, gerando listagens de frequência, relatórios de fechamento de cursos (nota e frequência), relatório para emissão de certificados, dados para a administração nas Unidades e administração central, relatórios financeiros e de acompanhamento das atividades da Funcamp. Isto significa que este setor recebe e manipula toda a documentação oriunda das unidades (os 2/3 de matrículas acima), confere, cadastra e arquiva, ou seja, manipula e responde para a própria Escola, para o aluno, o docente, e a Unidade, por todo esse volume de material.

O setor de atendimento ao público da Extecamp presta ainda serviços de controle e entrega de certificados, informações diversas sobre cursos e sobre as secretarias de unidade, recepção de documentos de correio e materiais, impressão e entrega de declarações e dá apoio às secretarias de unidade no esclarecimento de dúvidas.

Está em teste a disponibilização de pré-matrículas "on line" o que agilizará o registro dos interessados possibilitando a criação de um banco de alunos. Para tanto, é preciso tecnologia e pessoal técnico para suporte. Parte do equipamento foi adquirido pela Reitoria, o espaço climatizado

para esses equipamentos e pessoal de que a Escola dispõe é o mínimo (hoje são dois analistas de sistemas, um em tempo parcial, e uma área de 4 m²). O público da Escola de Extensão é tão diversificado quanto as áreas de atuação da Universidade, assim tanto há pessoal familiarizado com a tecnologia como alunos menos privilegiados. Para atendê-los a Escola precisaria disponibilizar pelo menos duas máquinas para pré-matrícula no local, o que implica em ter mais espaço e equipamentos para esse público.

Há que se considerar ainda que a comprovação de escolaridade compatível com o pré-requisito do curso é necessária para a matrícula. É preciso, no mínimo, mantê-la até a emissão do certificado, e há cursos que duram mais de um ano, sem contar os alunos que interrompem e depois retomam as atividades. Assim, o acúmulo de documentação em arquivo tem sido inevitável. Uma solução seria a instalação de um sistema de digitalização de documentos (através de scanner) para que não fosse necessário mantê-los mais arquivados em papel. O sistema também dispensaria os alunos da reapresentação de documentos, quando se inscrevessem em outros cursos. Porém, novamente, é preciso, equipamento adequado, pessoal e espaço para esse fim.

Sendo a Extecamp quem ordena a abertura de processos de cursos de extensão e acompanha o seu andamento, uma providência que agilizaria a consulta de dados presentes no processo seria a concentração destes, na Escola. Porém, são mais de 2.000 processos e não há como acomodar esse volume de documentos, com a necessária organização, na área atual.

O auditório da Extecamp, conta com 26 lugares e tem atendido com grande frequência, cursos de pequeno porte, as reuniões do CONEX, reuniões de grupos afetos à extensão (ITCP, Incubadora de Empresas, mobilizações da Prefeitura do campus, etc), reuniões administrativas como as da CAD e CADI, e eventos da administração central que implicam em uso de equipamentos de audiovisual e que se destinam a público restrito. A capacidade do auditório, entretanto, é pequena e parte da demanda precisa ser redirecionada por não ser possível atender mais de 26 pessoas. Um auditório maior, ou a remodelação deste permitiria atender a essa demanda que é cada vez maior.

Assim, a melhoria, aperfeiçoamento ou expansão dos serviços já prestados pela Extecamp está diretamente ligada a disponibilidade de espaço físico, sem o que dificilmente será possível incrementar, e com o tempo até manter, suas atividades.

2) DIVULGAÇÃO DOS CURSOS NA TV UNIVERSITÁRIA

Aumentar os recursos aplicados em divulgação na mídia paga, não significa aumentar proporcionalmente a realização de cursos, pois a mídia paga é responsável por apenas 1/3 do número de matrículas (Figura 9) e o seu retorno direto é difícil de ser acompanhado.

Grande parte dos alunos deixa de informar qual a fonte que lhes serviu de indicação para procurar pelos cursos de extensão, embora freqüentemente a Escola tenha instruído secretarias e pessoal interno sobre a importância dessa referência. Dos que informam, 33% apontam a indicação de amigos e outros alunos como sendo essa fonte. Este dado é importante porque dá uma dimensão, ainda que indireta, da qualidade dos cursos oferecidos, demonstrando que os alunos que os fizeram saíram satisfeitos.

Convém lembrar que, qualquer investimento adicional em divulgação implica necessariamente no aumento na infra-estrutura física e de pessoal para atendimento da Escola e das Unidades. Sem uma boa infra-estrutura de apoio (pessoal bem treinado, linhas telefônicas e equipamento de informática), esse investimento adicional será perdido, pois não haverá atendimento em quantidade e qualidade compatível com a procura.

Um veículo de excelente penetração junto ao público é a TV. A TV comercial, entretanto, tem custos altíssimos e um público muito heterogêneo. No intuito de utilizar um veículo de tal magnitude de forma acessível, a Escola de Extensão formalizou junto ao Centro de Comunicação a solicitação de um estudo para estar veiculando no Canal Universitário as informações relativas aos cursos. As informações de cursos foram enviadas e está se aguardando a implementação. Do ponto de vista de marketing seria um excelente meio, com alcance significativo junto a um público seletivo que tanto pode

interessar-se pelos cursos quanto estar recomendando-os a profissionais e empresas.

3)IMPLANTAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA

A Escola propôs ao CONEX e este tendo aprovado encaminhou à CEPE, alteração na Deliberação CEPE A-4/99, que regulamenta os cursos de extensão à distância, incluindo aí, os cursos de especialização. Essa alteração está em estudo pela CEPE.

A proposição de cursos de especialização cresceu muito, e a procura pelos mesmos tem sido significativa, assim, contemplar seu oferecimento à distância é preparar-se para a premente necessidade de estar realizando especializações nesta modalidade de ensino. Neste sentido, por sugestão do CONEX a Escola procedeu um estudo de atualização da deliberação que regulamenta a especialização modalidade extensão incluindo, entre outros, orientações quanto ao oferecimento de cursos de especialização a distância.

Como pode ser visto adiante, nos dados acadêmicos, a contribuição que o ensino a distância pode trazer à disseminação do conhecimento é altamente significativa. O ponto nevrálgico dessa modalidade de ensino é a preocupação com a manutenção da qualidade característica do ensino presencial, além de uma aferição rigorosa da efetiva aprendizagem. Tais preocupações são absolutamente respeitáveis e a tecnologia desenvolvida para o ensino a distância tem demonstrado que já possui ferramentas capazes de equacionar essas dúvidas. Assim, a Universidade precisa enfrentar os temores do ensino a distância na sua prática. Postergar essas atividades para realizá-las sob todas as garantias pode custar deixar de participar do processo de construção dessa modalidade de ensino e desta forma estar em falta para com uma contribuição valiosa que poderia ser dada a todo o sistema de ensino. Papel que compete a Universidade, notadamente uma universidade pública, com o porte, a respeitabilidade e o comprometimento social da UNICAMP.

As iniciativas neste âmbito têm tido excelente repercussão, a discussão e o apoio têm vindo paulatinamente,

o escopo jurídico (via Deliberação CEPE) seria um reconhecimento e um incentivo.

4) UNIFICAÇÃO DE NORMAS E DELIBERAÇÕES DE EXTENSÃO

A essa altura da vivência em extensão, havendo uma ampla legislação interna a respeito, a unificação dessa legislação seria uma providência extremamente útil. Agilizaria a consulta e esclarecimento de dúvidas, corrigiria dubiedades e hiatos existentes nas normas da própria Extecamp, enfim, dotaria a Unicamp de um instrumental racional e objetivo para tratar desses assuntos. Uma proposta unificando todas as deliberações e normas no âmbito da extensão foi montada pela Extecamp. O propósito seria atualizar as regras, incorporando ao texto das deliberações os procedimentos e as interpretações decorrentes de situações novas não previstas, determinações e orientações recentes da legislação federal e estadual, além de parâmetros para demandas que tem se tornado freqüentes e para as quais não havia precedentes.

Foram equacionadas questões como: concessão de bolsas, execução de convênios e realização de parcerias cujo objeto são cursos, necessidade de reapresentação de processos alterados ao CONEX e CEPE, afastamentos de alunos, dentre outros.

A proposta visa simplificar a consulta e aplicação das normas relativas a extensão, de modo que secretarias e docentes possam orientar-se com maior independência. Será uma discussão longa e que deverá se iniciar com a nova administração superior da Universidade.

ANÁLISE DOS DADOS DE EXTENSÃO DE 2001

A Tabela I agrupa os dados acadêmicos relativos aos cursos no âmbito da extensão relativos ao ano de 2001. Estão agrupados por áreas e discriminam os dados de cada Unidade para que se possa ter uma idéia do conjunto. Observa-se que das 24 unidades a metade teve mais de 600 matrículas e outras 6 unidades tiveram entre 100 e 600 matrículas em 2001, indicando que, enquanto o ensino de extensão na década de 90 concentrava-se em 4 ou 5 unidades, passou a ser realizado, de maneira efetiva por 75% das unidades da UNICAMP. Se havia um forte preconceito dentro da própria Universidade no oferecimento de cursos de extensão, o mesmo foi bastante atenuado; das 24 Unidades de Ensino e Pesquisa apenas uma não ofereceu curso de extensão em 2001 (Tabela I). Outro dado interessante é que está havendo uma “diluição” no oferecimento de cursos entre as Unidades: em 1994, a FEM, o IE e o IMECC concentravam 75% das matrículas em cursos de extensão e os outros 25% estavam divididos entre as 19 outras Unidades. Em 2001, estas três Unidades tiveram apenas 33% de todas as matrículas e as outras Unidades 67%(Tabela I). Em muitas Unidades o crescimento da participação no número total de matrículas de 1994 para 2001 foi expressivo: FEQ (0 para 7,5%), IA (1,2 para 11,5%), FEF (1,5 para 12,5%), FEA (0 para 3%) e FCM (3 para 5%), dentre outras.

A evolução desses números ao longo dos últimos oito anos, está demonstrada na Figura 1. Os dados partem de 1994 em virtude da coleta sistemática dos mesmos ter tido início nesse ano, ainda que as atividades da Escola de Extensão tenham tido início em 1989.

A extensão é um universo flexível que procura atender a demandas da sociedade e a variação em seus números reflete essa característica. Desta forma, em 1999, houve um salto nos dados acadêmicos, principalmente nas matrículas e cursos realizados, cujo reflexo no número de horas não foi tão expressivo. A explicação é dada pelo oferecimento pela Faculdade de Engenharia Mecânica de uma série de cursos voltados para os dirigentes, instrutores e demais funcionários de auto-escolas, visando prepará-los conforme determinações do novo Código Nacional de Trânsito, que estava entrando em vigor

naquele ano. Essa “inflação” em 1999 explica a aparente diminuição na realização de cursos e matrículas em 2000.

Em 2001, a procura por cursos de longa duração se manteve. A possibilidade de cursar as especializações por disciplina, na medida da disponibilidade de tempo e de recursos permitiu que muitos aderissem ao programa, e é um explicativo para o salto de 33% na carga horária dos cursos de 2000 para 2001, de 42.413 para 56.299 horas-aula. A Figura 2 demonstra que apenas três novos cursos de especialização foram criados em 2001, mas que havia 80 turmas de especializações em andamento (Figura 3). Isto ocorre, pois um mesmo curso pode ter várias turmas sendo realizadas simultaneamente. Dessas, 33 eram múltiplas, isto é os alunos podem cursá-las disciplina por disciplina até completar os créditos, se o quiserem. Corrobora essa explicação o crescimento na exigência de nível superior como pré-requisito de escolaridade, Figura 4. O nível superior é imprescindível nas especializações e também nas suas disciplinas.

A origem dos alunos de extensão sofreu pequenas alterações comparando-se o ano de 2000 com o de 2001. A variação mais notável ficou entre alunos originários de outros estados, que passou de 6 para 12%, Figura 5, reflexo dos cursos que ocorreram a distância. No ano de 2001 foram oferecidos dois cursos de abrangência nacional, permitindo que alunos de todo o país tivessem acesso à produção de conhecimento que se dá na Universidade.

A divisão de gênero entre os alunos, Figura 6, evidenciou uma mudança: o público feminino cresceu 10%. Pode-se dizer que isto ocorreu como reflexo de uma tendência nacional de maior escolarização entre as mulheres, mas especificamente neste caso um fator de peso a ser considerado foi a criação de cursos de especialização em fisioterapia, cujo público é maciçamente feminino.

A Figura 7 demonstra uma concentração de matrículas de público pertencente à faixa etária de 26 a 45 anos que em 2001 acolheu 73% do total de alunos. O fato novo foi um aumento de 4% na procura pelo público na faixa de 16 a 25 anos. Como o pré-requisito de escolarização com nível superior também cresceu (Figura 4), pode-se inferir que houve uma procura maior por parte de recém formados que compõem

o público dessa faixa etária. Somente um estudo específico poderia apurar com precisão a origem desse dado.

O investimento das empresas na formação de seus quadros teve uma recuperação, passando de 9% em 2000 para 21% em 2001, Figura 8. Fato importante nesta ponderação é a proliferação de novas empresas da área de telecomunicações na região metropolitana de Campinas. Este é um segmento do setor produtivo altamente exigente na qualidade e formação de seus quadros. Além dessa característica, são empresas que já mantêm relações com a Universidade no desenvolvimento de novas tecnologias. Assim tanto houve procura por cursos fechados para o atendimento dessa demanda, como a contribuição das mesmas no investimento de seus funcionários em formação, arcando com parte ou integralmente com suas despesas.

A alteração na distribuição de taxas de ressarcimento à Universidade obrigou a uma suspensão temporária em algumas formas de divulgação de julho de 2000 a agosto de 2001, Tabela II. Com o retorno da taxa de investimento na Extecamp de 4,4% foi possível reiniciar a divulgação em mídia paga, como a publicação na Revista do Jornal "Correio Popular"-Revista Metr pole, e na revista Veja-Região Campinas, que circulam nos principais locais de onde vem os alunos, Campinas e demais cidades do Estado. Embora não tenha sido feito anúncio no jornal (Folha de São Paulo em 2001) há 6% de indica es para jornal. Como a Revista Metr pole   um encarte do jornal Correio Popular e não houve nenhuma men o a ela   possível que os apontamentos de informa es originárias de jornal se refiram ao Correio enquanto veículo da Revista. Na Figura 9 v -se que a Internet tem se apresentado como um excelente canal de divulga o, passando de 24% em 2000 para 35% em 2001 e tornando-se o meio mais eficiente de informar o público sobre os cursos. Com menos recursos disponíveis, mas dispondo de um melhor equipamento de informática (adquirido com recursos da Reitoria) e maior autonomia, a Escola optou por investir no público da Internet. Ofereceu a possibilidade de cadastramento de interessados para recep o de informa es e pode passar a enviar mensagens mais completas, como a listagem de cursos disponíveis. Conseguiu deste modo atingir mais melhor o

público da rede, o que contribuiu para o crescimento de matrículas em cursos.

Houve também uma sintomática mudança na composição de unidades que dividem o maior número de alunos (Figura 10). Unidades que ainda não tinham aparecido entre as 5 com maior número de matrículas como o Instituto de Artes (11%) e a Faculdade de Educação Física (12%) se revelaram. O Instituto de Artes ofereceu um curso de extensão de âmbito nacional atendendo a uma demanda da FENAPAE (Federação Nacional de Apoio aos Pais e Amigos de Excepcionais) e a Faculdade de Educação Física atendeu a uma demanda regional de especializações no seu âmbito que não tinham oferecimento por nenhuma das universidades da região. Também houve um efeito de “diluição” de matrículas entre as Unidades, sendo que nove ultrapassaram a marca das 1.000 matrículas, o que já havia sido detectado pela análise da Tabela I.

Na Tabela III, observa-se que mais de 500 docentes da UNICAMP ministraram cursos no âmbito da extensão em 2001. Na maioria das Unidades (14 das 24) a porcentagem de professores da UNICAMP em relação ao total de professores (UNICAMP + convidados) é maior que 50% e em apenas 4 unidades esse índice é menor que 40%. A porcentagem dos professores que atuam em cursos de extensão ainda é baixa (média de 18% do total de docentes ativos e inativos, ou 24% dos docentes ativos) embora em 3 unidades este número já seja maior ou igual a 50% (FEM, IC e FOP). Isto indica que o potencial de crescimento dos cursos de extensão é alto, pois se a fração de professores envolvidos dobrar (passando de 18 para 36% do total de professores, o que ainda não seria muito alto) o número de matrículas poderia ser dobrado (passando de 22 para 44 mil). Este é um dado importante porque demonstra o grau de envolvimento da Universidade com essa modalidade de ensino. O trabalho docente nestes cursos é simultâneo às suas atividades regulares de ensino e pesquisa o que oferece aos docentes uma oportunidade de contato com profissionais em pleno exercício da profissão no mercado de trabalho. Este é um fator a ser considerado nas projeções futuras da UNICAMP. Pode-se dizer que o reconhecimento da função de Coordenador de Extensão nos moldes dos Coordenadores de Graduação e Pós-Graduação, deve muito à

experiência, longa para vários docentes, no ensino em extensão.

As faixas de valores relativas a cursos e disciplinas de extensão (Figura 11) sofreram uma inversão: o pico que em 2000 ocorreu na faixa de “1 a 300 reais” passou para a faixa de “501 a 1000 reais” em 2001. Houve significativo crescimento na faixa de cursos gratuitos para o aluno, isto quer dizer que empresas e instituições entraram com recursos na realização de cursos, além da proposição de outros com custo “zero”.

Os valores cobrados para cursos de especialização seguiram também a tendência de aumento: o pico que em 2000 ocorreu na faixa de “1.001 a 5.000 reais” passou para a faixa de “acima de 5001 reais” em 2001 (Figura 12). O crescimento no número de especializações ocorreu especialmente dentro da Faculdade de Ciências Médicas. Os cursos nesta área implicam em altos custos com infra-estrutura de laboratórios, mão de obra técnica, etc., o que elevou os valores dos cursos de especialização em 2001. Ainda na área de Ciências Biológicas obtiveram excelente aceitação os cursos propostos pela Faculdade de Educação Física (FEF) cujos custos ficaram na faixa dos “1001 a 5000” reais.

A captação de recursos cresceu 50% de 2000 para 2001 passando de 5,67 para 8,43 milhões de reais (Figura 13), valor pouco superior à arrecadação de todos os convênios de pesquisa da Unicamp com empresas privadas (8,3 milhões de reais arrecadados em 2001 segundo a AEPLAN).

A figura 14 ilustra a captação de recursos pelas diferentes áreas acadêmicas no período de 1994 a 2001 e evidencia o crescimento de áreas específicas. Em 2001 foi significativo o crescimento da captação pela área de Ciências Exatas, assim como pela área de Ciências Biológicas, embora Tecnologia seja ainda uma área de grande capacidade de captação de recursos. De qualquer forma nota-se que houve crescimento na captação de recursos em todas as áreas demonstrando que o ensino em extensão é uma atividade já assimilada pela comunidade acadêmica.

O custo médio por matrícula é obtido pela divisão do montante arrecadado pelo número total de matrículas, não importando o tipo de curso. Passou de 329 reais em 2000 para 382 reais em 2001 (Figura 15), influenciado pelo aumento do

custo das especializações. Deve-se observar, entretanto que ainda se encontra abaixo da média de 1996, de 408 reais.

A Tabela IV demonstra a participação de cada unidade em termos de arrecadação em 2001 e ao longo dos anos anteriores.

Os cursos de especialização com maior número de matrículas (Tabela V) indicam uma grande heterogeneidade temática, o que evidencia o envolvimento cada vez maior de unidades das várias áreas. Nos cursos de extensão (Tabela VI) a distribuição é também muito diversificada, tanto em termos de áreas, como de custos e pré-requisitos.

UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

Na Figura 16, observa-se que do total dos recursos arrecadados, 83% retornam para Unidade (incluindo-se o AIU), 6% são pagos à Funcamp para a administração do convênio, 8% são destinados ao PIDS e 3% ao FAE, dos quais 2,4% são repassados à Extecamp. Nas unidades quem ordena os gastos é o Representante da mesma no CONEX, portanto os 83% do total de recursos arrecadados são administrados dentro da unidade que oferece o curso.

A parte do FAE que cabe à Extecamp é utilizada para financiar toda a divulgação (exceto catálogo) e custeio, incluindo material permanente e manutenção, além de 50% dos funcionários. Com a redução da taxa do FAE de 5% para 3%, em julho de 2000 (Resolução GR 57/2000), houve um impacto no orçamento da Escola que ficou deficitária em 33 mil reais em 2000. Esse déficit foi coberto por uma reserva financeira conforme já explicado na página 6 deste relatório. Assim, foi reduzido o programa de divulgação de cursos, uma vez que a estrutura de pessoal não comportava cortes. Em 1994, a Extecamp possuía 09 funcionários (6 Unicamp e 3 Funcamp) e efetuou 3.953 matrículas. Em 2001, a Extecamp efetuou 22.241 matrículas com 11 funcionários (6 Unicamp e 5 Funcamp). O pequeno aumento do número de funcionários foi custeado com recursos extra-orçamentários da Escola. Para um funcionamento adequado é necessário um orçamento de aproximadamente 5% do valor arrecadado com cursos. A Reitoria sensibilizada com a questão realizou uma análise

econômica e complementou a arrecadação da Escola com 2% do PIDS arrecadado sobre cursos de extensão. Isto permitiu recuperar os investimentos em divulgação e recompor o fundo de reserva. A aplicação desses recursos está discriminada na tabela VII. Observa-se que a folha de pagamento consome mais de 50% do orçamento da Escola e a divulgação aproximadamente outros 30%.

A tabela VIII procura situar o investimento que a universidade fez na Escola ao longo dos anos a fim de demonstrar o retorno obtido com essa estrutura. É uma demonstração parcial, meramente quantitativa, embora expressiva, pois observa-se que historicamente a Extecamp recebeu, em média, apenas 3% de todo o valor arrecadado com cursos de extensão para pagar metade de seus funcionários e bancar toda a divulgação em mídia paga, além de fazer up-grades constantes em seu acervo computacional.

CONCLUSÕES

Após 12 anos de sua criação a Extecamp atingiu os objetivos desenhados pelo Conselho Universitário em sua concepção. Conseguiu criar uma estrutura física, de pessoal, de procedimentos, de gerenciamento, de divulgação e um sistema de informação que permitiu o crescimento do número de matrículas de 367 em 1989, ano de sua criação para 22.241 em 2001, com o oferecimento de 1.239 cursos sendo 799 os realizados e uma arrecadação de 8,4 milhões de reais para a Universidade, o que a torna uma de suas maiores fontes de recursos extra-orçamentários não governamentais.

Para que a mesma continue a crescer e oferecer um atendimento condizente com a imagem e porte da Unicamp tanto aos alunos quanto ao corpo docente envolvido com extensão, urge as providências já citadas. Outras poderão ou não ser viáveis dependendo da orientação que a Reitoria vier a determinar, como a ampliação ou não, da área física e de pessoal da Escola.

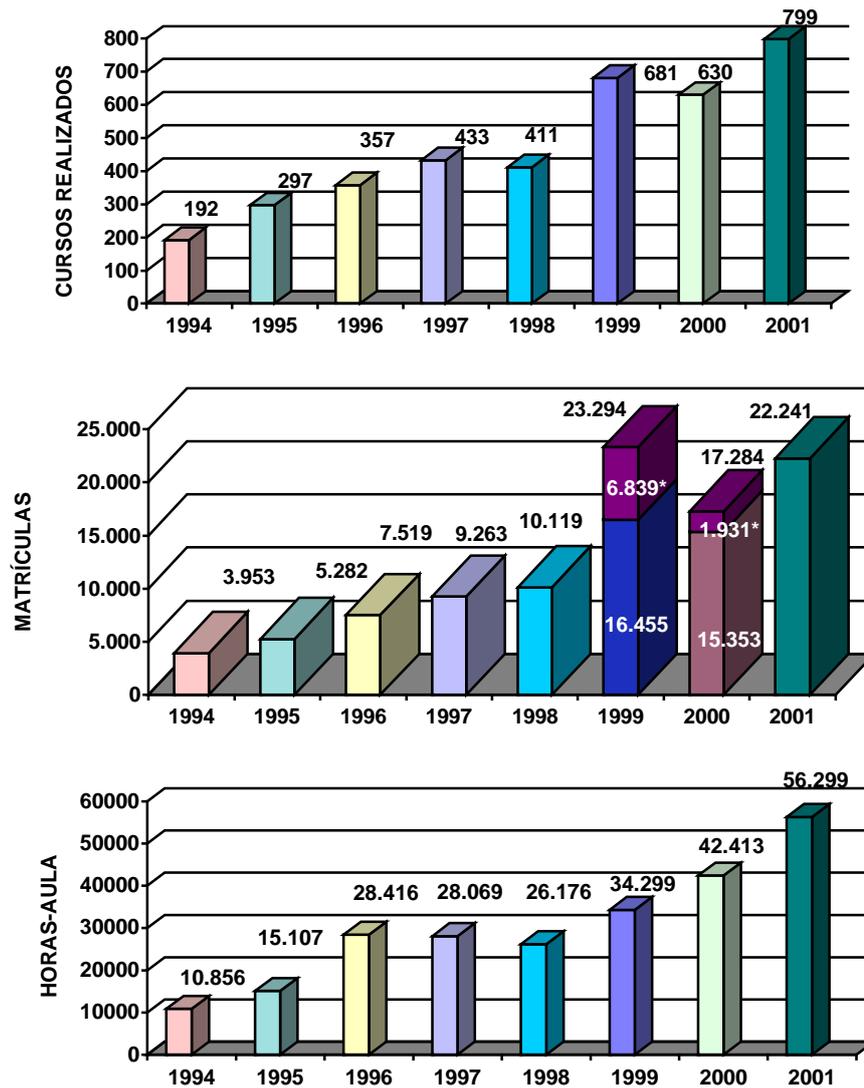
Seria este o momento da Universidade definir as novas metas para a Escola. Se a mesma deve ou não se expandir e em que bases. A demanda social não deixa dúvidas quanto ao porte das necessidades. Como e em que medida se aplicar na resposta a essa demanda a Universidade não poderá deixar de se questionar e agir. É fundamental neste íterim, que se preserve o esforço de Unidades, docentes, funcionários, enfim de todo um sistema que já se instalou e funciona, e que é hoje, patrimônio da Universidade e como tal de toda a comunidade.

Paulo Roberto Mei
Diretor Executivo

Tabela I - REALIZAÇÃO DE CURSOS DE EXTENSÃO PELAS DIFERENTES ÁREAS ACADÊMICAS DA UNICAMP EM 2001

ÁREA	UNIDADES	CURSOS PROPOSTOS	CURSOS REALIZADOS	HORAS-AULA	MATRÍCULAS
Ciências Biológicas	FCM	108	060	21.546	1.052
	FEF	082	073	02.804	2.751
	FOP	035	033	11.283	0355
	IB	010	006	00580	0148
Subtotal		235	172	36.213	4.306
Ciências Exatas	IFGW	000	000	0000	0000
	IG	003	002	0080	0007
	IMECC	052	035	1.328	1.017
	IQ	001	000	0000	0000
Subtotal		056	037	1.408	1.024
Ciências Humanas	CEL	063	050	2.265	0893
	FE	050	036	3.183	1.030
	IA	013	010	0195	2.553
	IE	175	122	3.262	3.109
	IEL	011	011	0415	0256
	IFCH	000	000	0000	0000
Subtotal		312	229	9.320	7.841
Tecnologia	CESET	003	001	0032	0036
	FEA	057	043	1.114	0669
	FEAGRI	031	011	0136	0138
	FEC	015	005	0165	0092
	FEEC	041	030	1.816	0826
	FEM	288	121	2.725	3.178
	FEQ	085	074	1.500	1.612
	IC	076	053	1.284	1.782
Subtotal		596	338	8.772	8.333
Colégios Técnicos	COTIL	019	011	0360	0440
	COTUCA	021	012	0156	0297
Subtotal		040	023	0516	0737
TOTALS	UNIDADES	CURSOS PROPOSTOS	CURSOS REALIZADOS	HORAS-AULA	MATRÍCULAS
	24	1.239	799	56.229	22.241

Figura 1 - DADOS ACADÊMICOS SOBRE CURSOS DE EXTENSÃO NA UNICAMP DE 1994 A 2001



* Número de Matrículas referentes aos cursos realizados pela Faculdade de Engenharia Mecânica, destinados ao público de auto-escolas (trânsito).

Figura 2 - CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO – MODALIDADE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, INICIADOS A CADA ANO

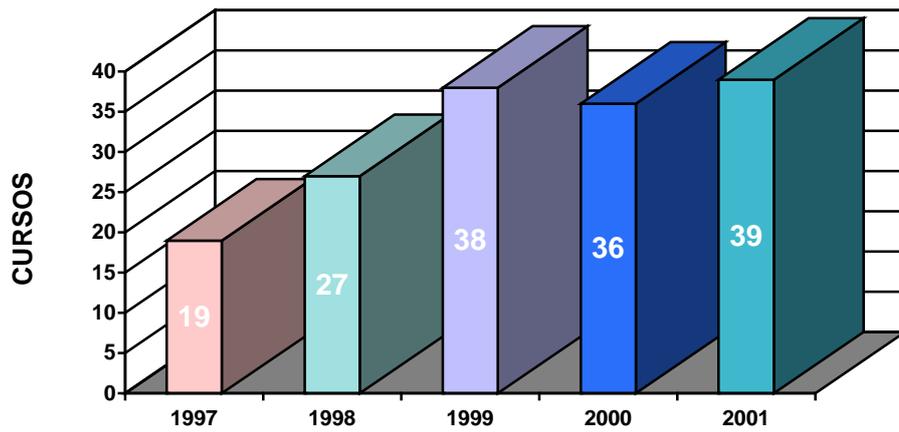


Figura 3 - CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO – MODALIDADE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM REALIZAÇÃO A CADA ANO (INDEPENDENTE DO ANO DE INÍCIO)

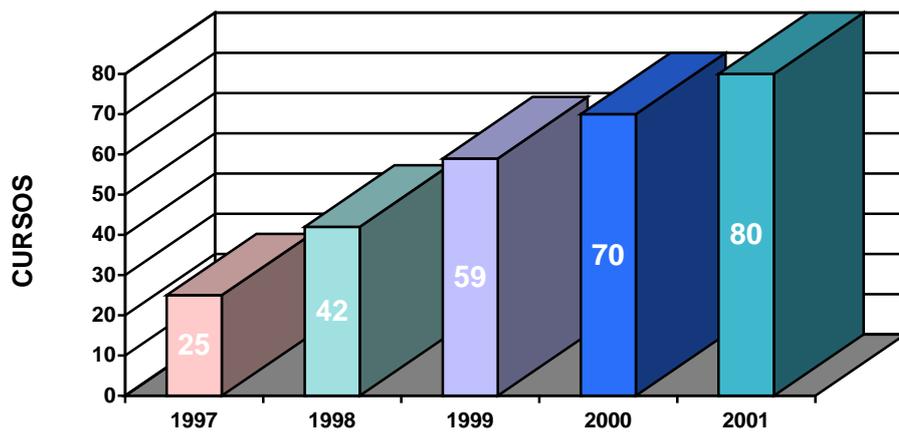


Figura 4 - PRÉ-REQUISITOS EXIGIDOS PELOS CURSOS DE EXTENSÃO

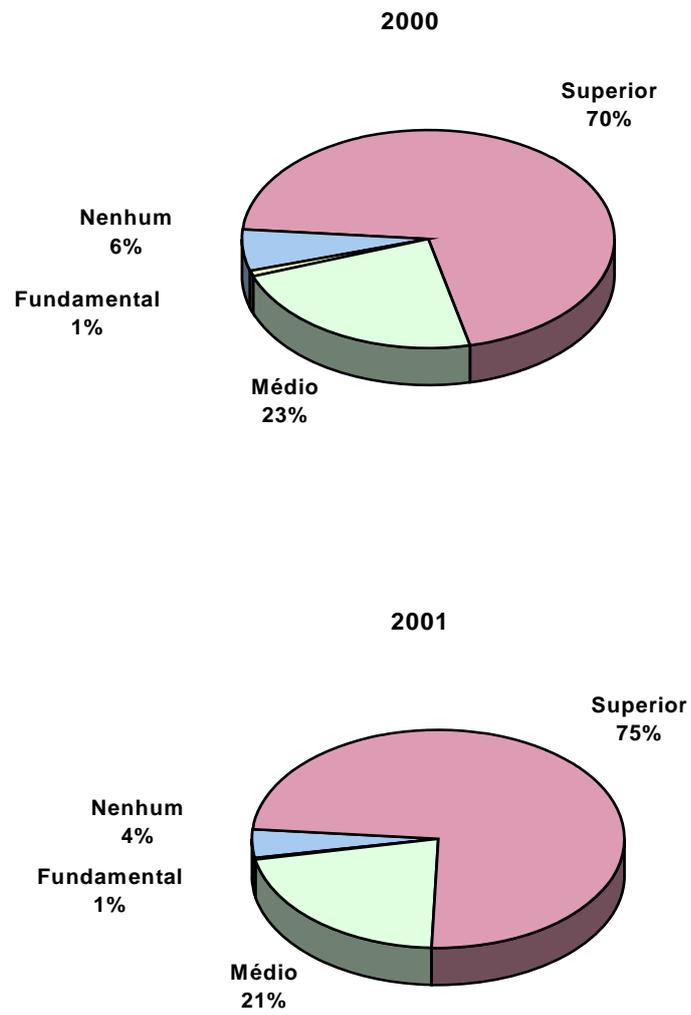


Figura 5 - ORIGEM DA CLIENTELA DOS CURSOS DE EXTENSÃO

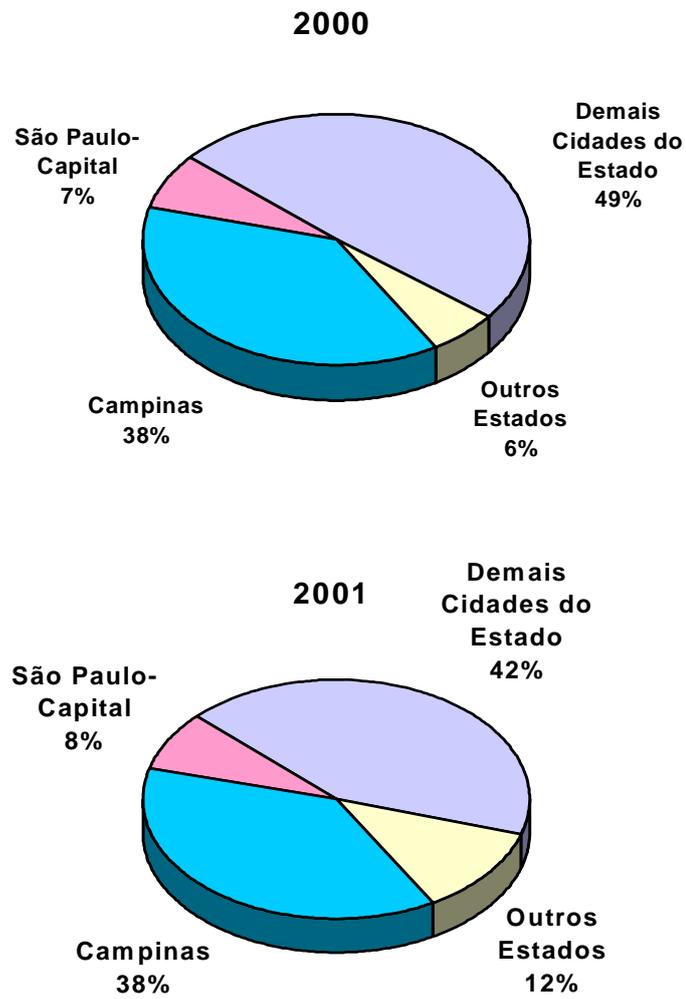


Figura 6 - DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO

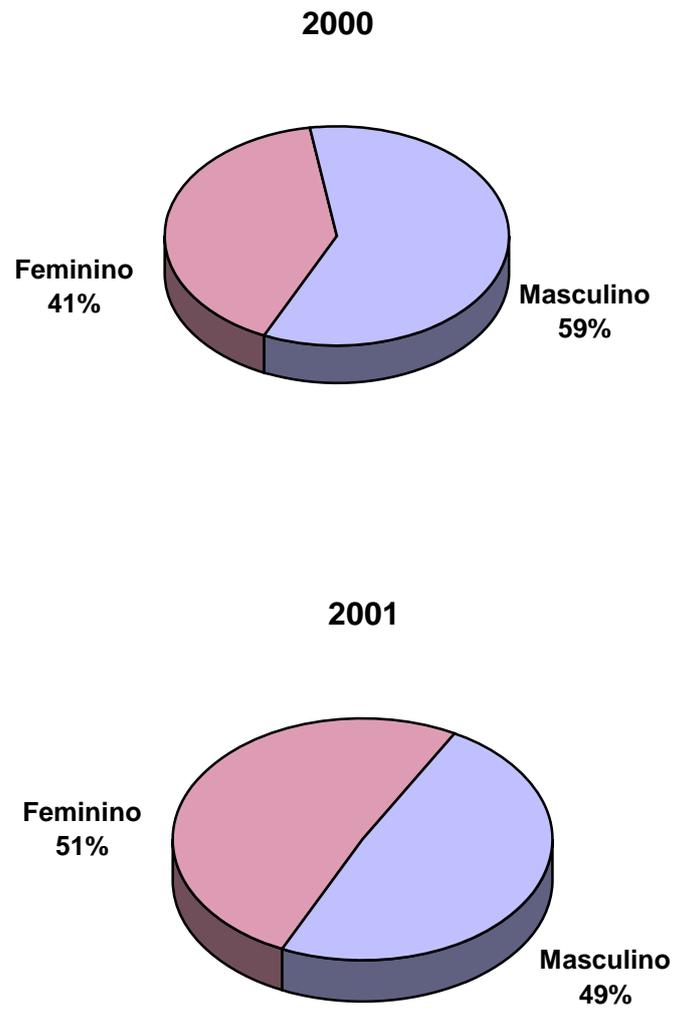


Figura 7 - DISTRIBUIÇÃO DE ALUNOS POR FAIXA ETÁRIA

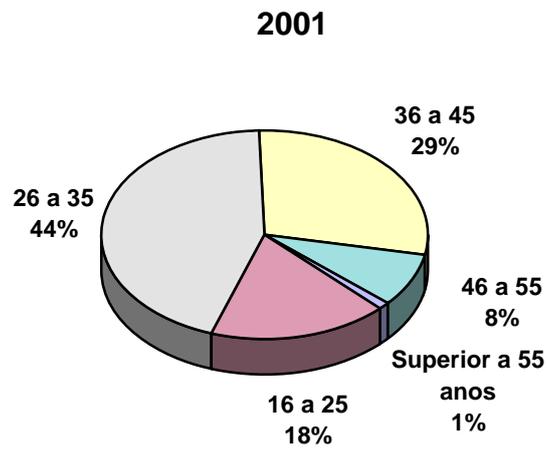
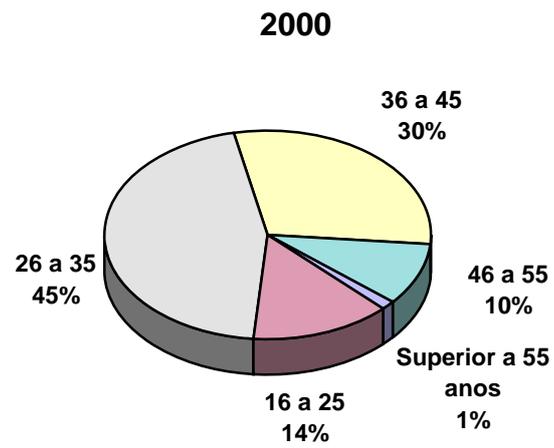
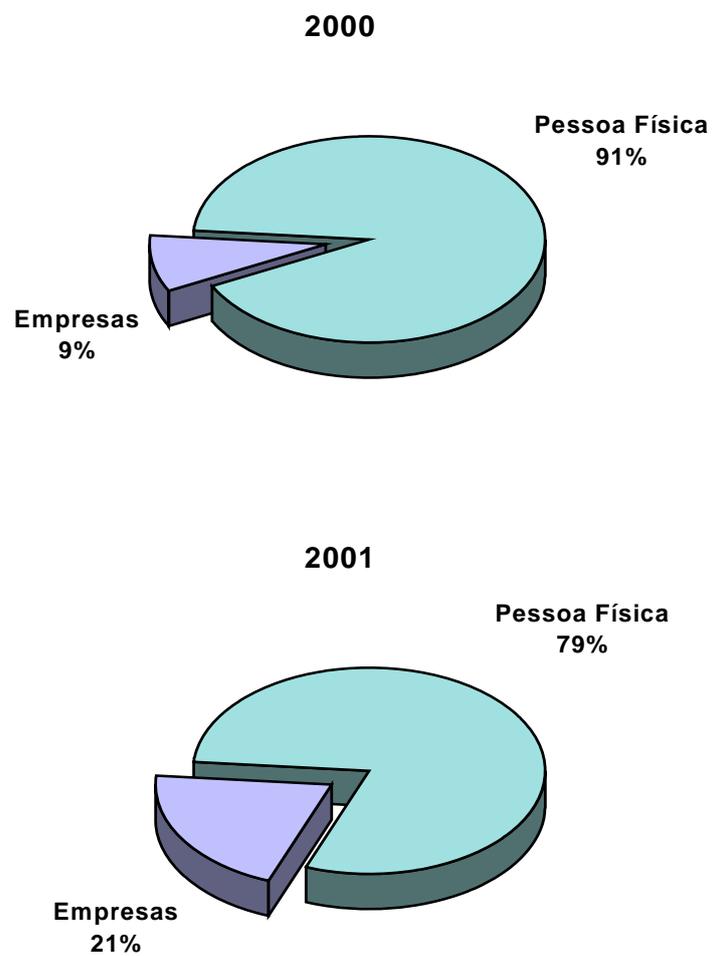


Figura 8 - ORIGEM DOS RECURSOS NOS CURSOS DE EXTENSÃO*



* Distribuição baseada nos dados de emissão de recibos.

Tabela II -FORMAS DE DIVULGAÇÃO

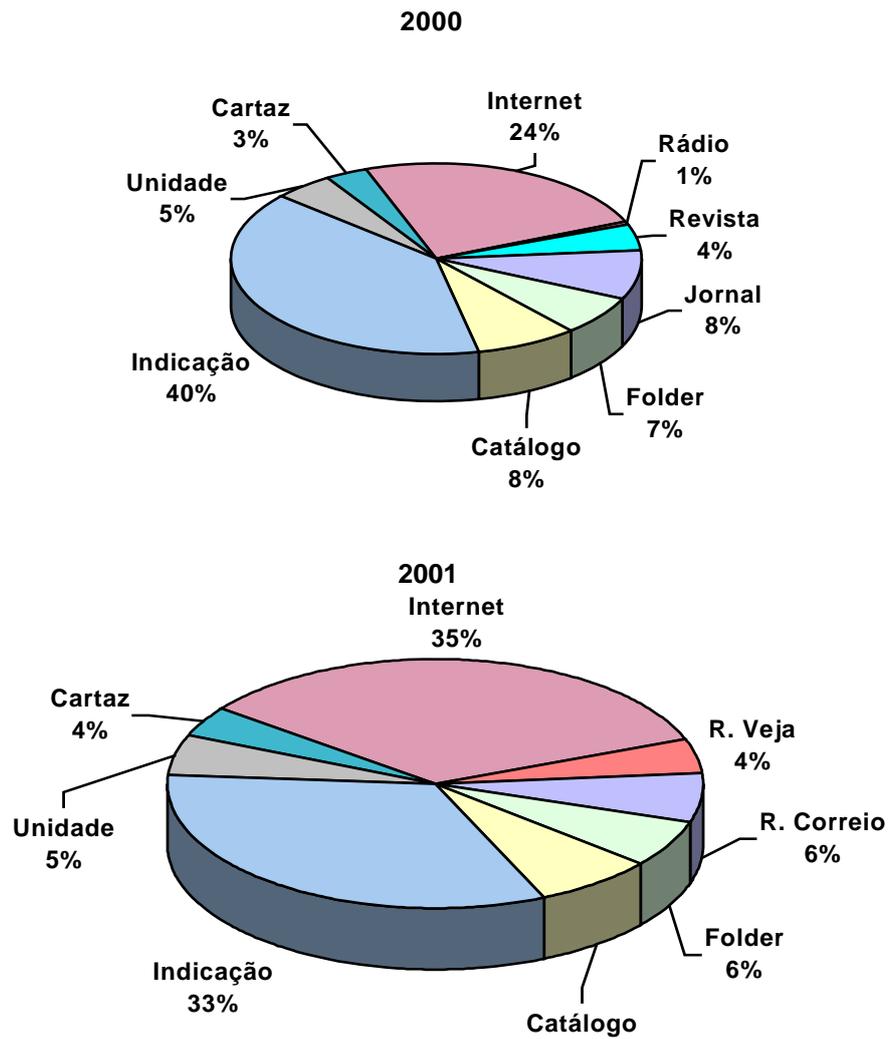
Forma de Divulgação	PERIODICIDADE	INÍCIO DA DIVULGAÇÃO								
		94	95	96	97	98	99	00	01	
Anúncio em Jornal	Mensal Folha de SP – Campinas (Tiragem 47.000)	X	X	X	X	X	X	X*		
Folder	Bimestral (5.000)	X	X	X	X	X	X	X	X	
Catálogo	Anual (3.000)		X	X	X	X	X	X	X	
Home Page	Atualizada Diariamente			X	X	X	X	X	X	
Cartaz	Mensal (130)						X	X	X	
Mailing List	Mensal (27.000 pessoas)						X	X	X	
Revista : Correio Veja (Região)	Mensal (Tiragem 61.000) (Tiragem 40.000)							X	X***	
Rádio (CBN)	Diária							X**		

* Trocado por divulgação em revista que se mostrou mais eficiente.

** Interrompido por demonstrar baixo impacto

*** Suspensa no 1º semestre de 2001 por falta de recursos.

Figura 9- DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS MEIOS DE DIVULGAÇÃO



* Indicação – o aluno procurou pelo curso baseado em informações de pessoas conhecidas.

Figura 10 - UNIDADES QUE CONCENTRAM O MAIOR NÚMERO DE MATRÍCULAS

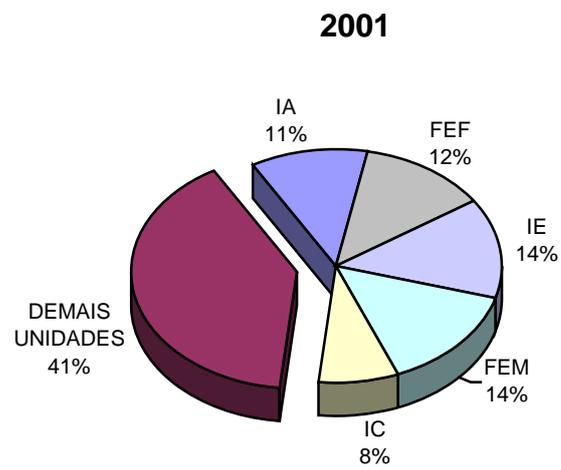
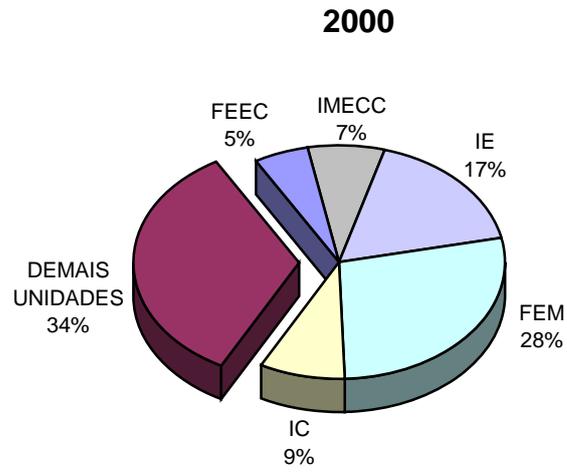


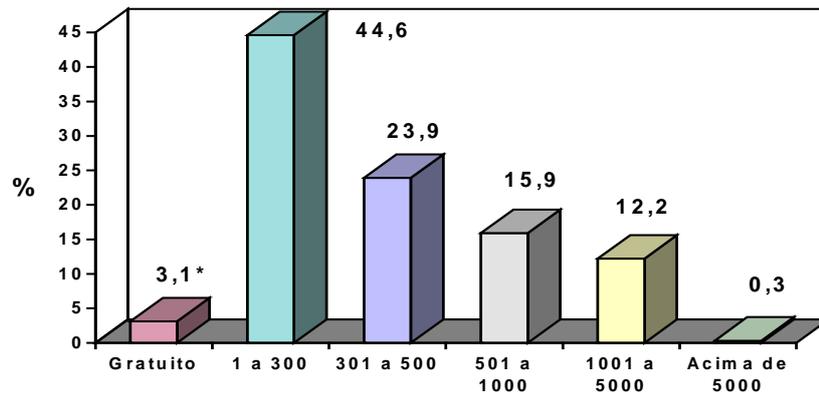
Tabela III - RELAÇÃO ENTRE DOCENTES DA UNICAMP E CURSOS DE EXTENSÃO 2001

Unidades	Docentes *			Docentes na Extensão (Unicamp e Externos) D	Docentes da Unicamp na Extensão E	E / D %	E / (A+B) %
	Ativos A	Inativos B	Total (A+B)				
1. CEL	27	06	33	24	11	46	33
2. CESET	46	03	49	03	01	33	2
3. COTUCA	94	21	115	06	05	83	4
4. COTIL	87	17	104	12	09	75	9
5. FCM	408	76	484	229	95	41	20
6. FE	102	59	161	41	17	41	11
7. FEF	35	20	55	29	24	83	44
8. FEAGRI	37	06	43	43	16	37	37
9. FEEC	102	13	115	23	18	78	16
10. FEC	77	19	96	16	10	62	10
11. FEA	62	26	88	76	24	32	27
12. FEM	78	13	91	154	62	40	68
13. FEQ	48	02	50	28	06	21	12
14. FOP	87	58	144	91	72	79	50
15. IA	105	28	133	35	06	17	5
16. IB	123	58	181	27	18	67	10
17. IC	40	03	43	33	27	82	63
18. IE	79	22	101	60	31	52	31
19. IEL	74	25	99	12	08	67	8
20. IG	43	06	49	16	14	88	29
21. IMECC	103	37	140	31	19	61	14
22. IQ	75	15	90	04	04	100	4
23. IFCH	93	42	135	03	03	100	2
24. IFGW	92	64	156	00	00	0	0
24	2.117	639	2.756	1.001	505	50	18

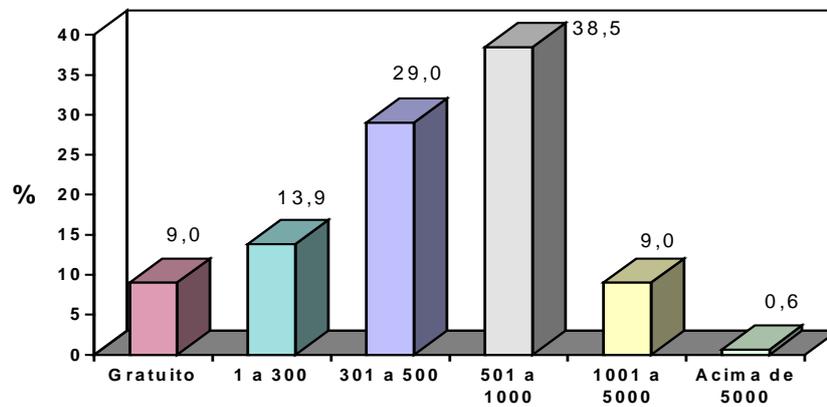
* Dados fornecidos pela Diretoria de Recursos Humanos da UNICAMP.

Figura 11 - VALORES COBRADOS EM CURSOS E DISCIPLINAS DE EXTENSÃO (em Reais)

2000



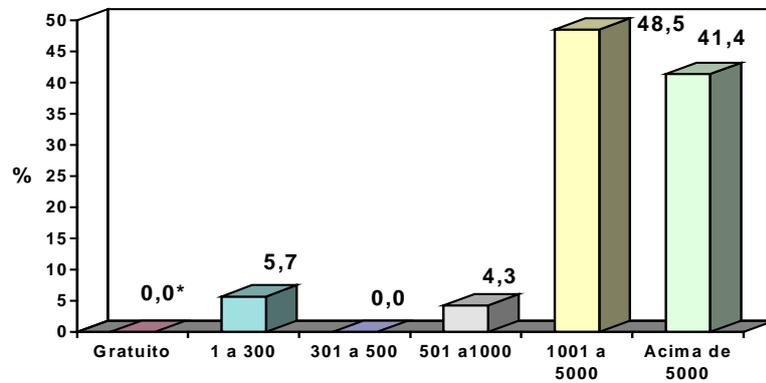
2001



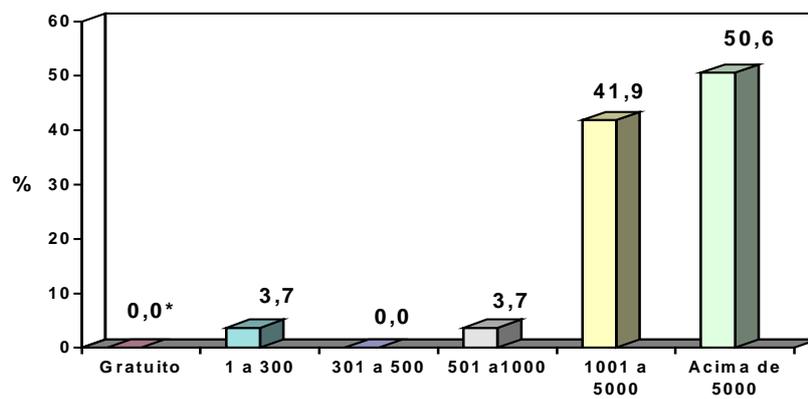
* Os convênios e cursos pagos por instituições e empresas foram incluídos nos cursos gratuitos, pois não implicam em custo para o aluno.

Figura 12 - DISTRIBUIÇÃO DE VALORES COBRADOS EM CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO - MODALIDADE EXTENSÃO (em reais)

2000

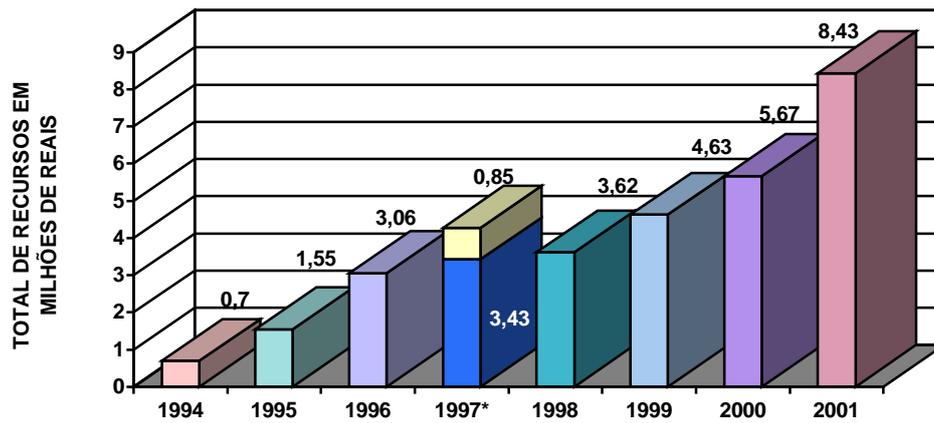


2001



*Os convênios foram incluídos nos cursos gratuitos, pois não implicam em custo para o aluno.

Figura 13 - TOTAL DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS ATRAVÉS DA EXTENSÃO ENTRE 1994 e 2001



* Total: 4,286 – divididos entre Valores captados pelas Unidades (3,4) e PEC - Programa de Educação Continuada/ convênio administrado pela PREAC, (0,85)

Figura 14 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA EXTENSÃO PELAS DIFERENTES ÁREAS ACADÊMICAS DA UNICAMP DE 1994 A 2001

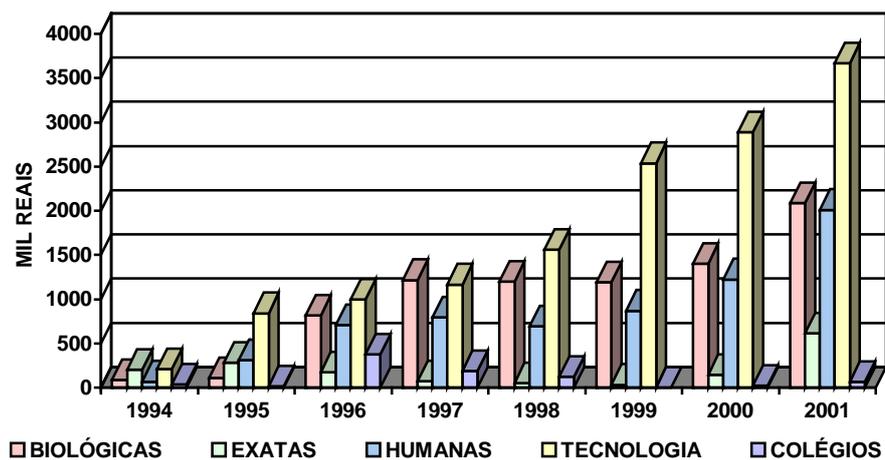


Figura 15 - CUSTO MÉDIO POR MATRÍCULA (R\$ / MATRÍCULA)

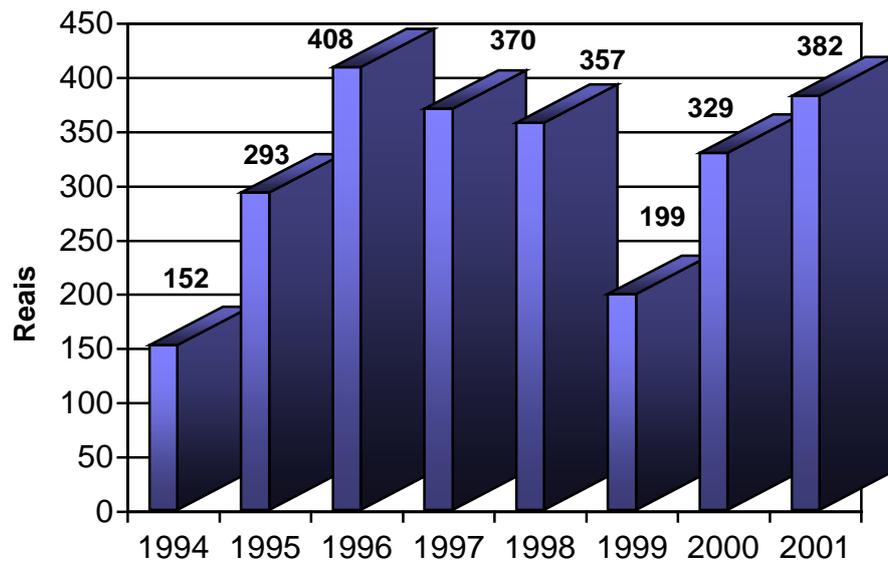


Tabela IV - CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DE
1994 A 2001*

(Valores em mil reais)

ÁREA	UND.	1994	1995	1996	1997**	1998	1999	2000	2001****
Ciências Biológicas	FCM	78,57	79,55	533,17	255,12	297,75	341,20	304,65	459,00
	FEF	0,00	0,38	22,65	1,92	0,00	26,47	124,41	356,63
	FOP	5,46	27,45	256,23	934,87	898,37	818,30	942,04	1.255,97
	IB	1,50	0,00	1,16	24,00	0,00	6,13	28,71	16,08
Subtotal		85,55	107,38	813,23	1.215,92	1.196,12	1.192,27	1.399,83	2.087,68
Ciências Exatas	IFGW	0,00	1,08	0,00	0,00	6,39	0,00	0,00	0,00
	IG	14,61	21,17	40,50	43,50	16,00	5,60	39,97	16,72
	IMECC	185,49	257,69	129,38	28,46	25,61	26,02	101,95	595,68
	IQ	0,76	1,20	4,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal		200,86	281,15	174,52	72,31	48,00	31,62	141,96	612,40
Ciências Humanas	FE	25,24	108,89	240,07	224,29	202,20	129,78	336,87	401,32
	IA	3,01	6,41	1,32	4,20	8,33	7,80	0,00	542,13
	IE	27,29	148,04	381,67	494,18	333,05	547,22	691,42	788,82
	IEL	12,82	23,87	28,90	0,51	65,06	0,00	0,00	26,58
	IFCH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CEL	(C / IEL)	20,55	57,28	72,10	82,64	61,90	194,98	251,62
	Subtotal		68,37	307,78	709,25	795,29	691,28	869,59	1.223,28
Tecnologia	FEAGRI	2,31	4,96	18,23	28,41	29,30	18,94	13,02	46,57
	FEC	1,38	26,58	62,51	8,80	0,00	28,05	15,41	29,48
	FEM	204,34	633,90	730,58	589,60	676,37	1.239,24	1.285,49	1.258,35
	CESET	0,03	4,32	14,16	35,34	49,80	61,90	13,71	3,87
	FEEC	0,00	135,81	123,64	298,11	176,77	141,47	281,46	275,80
	FEQ	0,00	0,00	4,54	13,30	0,00	23,03	215,87	546,44
	FEA	0,00	34,81	23,13	97,08	218,22	404,21	523,87	342,82
	IC	0,00	0,00	18,27	95,45	411,16	621,52	541,54	1.162,93
Subtotal		208,07	840,40	995,08	1.165,31	1.561,62	2.538,36	2.890,38	3.666,26
Colégios Técnicos	CTC	38,12	8,60	42,93	66,60	104,86	0,00	0,00	46,28
	CTL	0,00	5,43	333,83	119,77	18,70	0,00	21,58	16,14
Subtotal		38,12	14,04	376,80	186,37	123,56	0,00	21,58	62,42
TOTAL	24	601,00	1.550,78	3.068,90	3.436,02	3.620,58	4.632,74	5.677,03	8.439,36

* Dados referentes aos recursos administrados via FUNCAMP.

** Não computados os dados relativos aos cursos de extensão realizados através do Programa de Educação Continuada – PEC, realizados através de convênio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, PNUD e Secretaria de Educação do Estado, com Coordenação própria.

*** Houve recursos recolhidos pelo PADCT não administrados pela FUNCAMP.

**** Entrada de recursos somadas aos rendimentos de aplicação.

Tabela V - **CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO – MODALIDADE EXTENSÃO
COM MAIOR NÚMERO DE INSCRITOS EM 2001**

	SIGLA	TURMAS	No. DE MATRÍCULAS	CURSO	CARGA HORÁRIA (HORAS-AULA)	CUSTO/ALUNO (R\$)*
1	ECO-100	6	369	GESTÃO E ESTRATÉGIA DE EMPRESAS	420	4.480,00
2	MAT-100	2	137	MATEMÁTICA PARA PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	360	720,00
3	FEM-100	8	116	ENGENHARIA DA QUALIDADE INDUSTRIAL	360	5.820,00
4	FEF-090	2	115	PEDAGOGIA DO MOVIMENTO	416	1.212,00
5	FEF-070	2	102	ATIVIDADE FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA	360	2.700,00
6	FEM-300	2	93	ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO	600	6.511,00
7	FEE-036	2	77	ENGENHARIA CLÍNICA	945	4.200,00
8	ECO-200	2	76	ECONOMIA FINANCEIRA	360	8.100,00
9	FEF-040	1	50	TEÓRICOS E MÉTODOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESPORTES E LAZER	360	14.700,00
10	FEF-120	1	62	GESTÃO DA QUALIDADE DE VIDA NA EMPRESA	420	2.800,00

* Valores referentes ao último oferecimento aberto ao público.

Tabela VI - CURSOS DE EXTENSÃO COM MAIOR NÚMERO DE INSCRITOS 2001

BIOLÓGICAS

	SIGLA	PRÉ-REQUISITO	MATRÍCULAS	CURSO	CARGA HORÁRIA	CUSTO/ALUNO (R\$)*
1	FCM-136	NENHUM	167	CUIDADOS BÁSICOS EM DIABETES MELLITUS E HIPERTENSÃO ARTERIAL	08	50,00
2	FCM-130	MÉDIO	67	TÓPICOS EM CLÍNICA MÉDICA	48	100,00
3	FCM-023	MÉDIO	37	ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS – RECURSOS PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO	30	200,00

EXATAS

	SIGLA	PRÉ-REQUISITO	MATRÍCULAS	CURSO	CARGA HORÁRIA	CUSTO/ALUNO (R\$)*
1	MAT-437	MÉDIO	72	METODOLOGIA PARA MELHORIA DE PROCESSOS – FORMAÇÃO GREEN BELT	50	1.500,00
2	MAT-063	SUPERIOR	59	METODOLOGIA PARA MELHORIA DE PROCESSOS – FORMAÇÃO BLACK BELT	190	9.800,00
3	MAT-436	SUPERIOR	36	FORMAÇÃO EM ASPECTOS GEOLÓGICOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	56	0,00**

(Continua na próxima página)

**CURSOS DE EXTENSÃO COM MAIOR NÚMERO DE INSCRITOS –
2001 (Continuação Tabela VI)**

HUMANAS

	SIGLA	PRÉ-REQUISITO	MATRÍCULAS	CURSO	CARGA HORÁRIA	CUSTO/ALUNO (R\$)*
1	ART-050	NENHUM	389	FORMAÇÃO DE PROFESSORES, A DISTÂNCIA E EM SERVIÇO, EM INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	120	0,00***
2	EDU-015	MÉDIO	332	PROEPIE: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	240	220,00
3	ECO-111	SUPERIOR	209	PLANO DE NEGÓCIOS	30	450,00

TECNOLOGIA

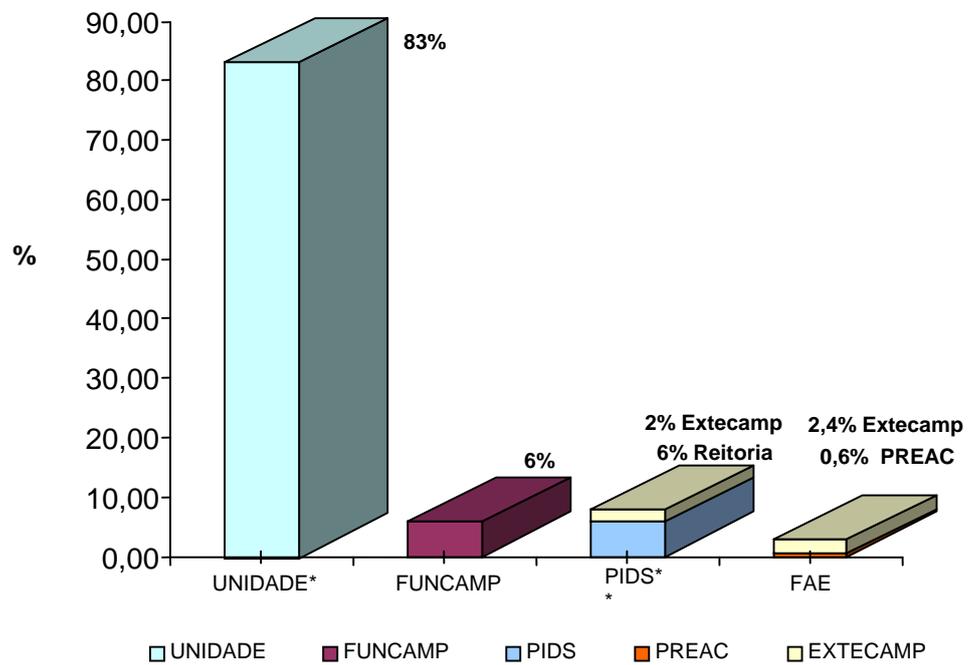
	SIGLA	PRÉ-REQUISITO	MATRÍCULAS	CURSO	CARGA HORÁRIA	CUSTO/ALUNO (R\$)*
1	FEQ-070	SUPERIOR	206	FORMAÇÃO DE AGENTES DE VENDAS CORPORATIVAS E DIRIGENTES COMERCIAIS	90	2.000,00
2	FEM-104	SUPERIOR	063	CONTROLE ESTATÍSTICO DA QUALIDADE	30	480,00
3	FEM-005	SUPERIOR	060	TÉCNICAS DE GERENCIAMENTO DA PRODUÇÃO	30	480,00

* Valores referentes ao último oferecimento.

** Curso fechado para o Unibanco, sem custo para o aluno.

*** Curso fechado para a FENAPAES, sem custo para o aluno.

Figura 16 – **DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS COM CURSOS DE EXTENSÃO NA UNICAMP**



* Incluindo-se aí o AIU (Apoio Institucional à Unidade)

** Somente sobre os valores referentes a cursos no âmbito da extensão

**Tabela VII - UTILIZAÇÃO DA PARTE DOS RECURSOS DESTINADOS À
ESCOLA DE EXTENSÃO**

Período: 01/01/2001 a 31/12/2001

Despesas	Valor (reais)	% dos Gastos
Pessoal	115.569,89	53,40
Material de consumo (papel A4, escritório, copa, limpeza, toner e manutenção)	26.851,29	12,40
Serviços de Terceiros (correio - envio de certificados, fotocópias, serviços de gráfica – impressão de envelopes, folders, etc.)	64.207,73	29,65
Material Permanente (equipamentos de informática, audiovisuais, móveis de escritório, etc.)	9.854,00	4,55
Total das Despesas	216.482,91	100
Receita	245.118,56	
Saldo (Receita – Despesas)	28.635,65	

**Tabela VIII - PROPORÇÃO DE INVESTIMENTO NA EXTECAMP EM
RELAÇÃO À CAPTAÇÃO DE RECURSOS COM CURSOS DE
EXTENSÃO**

ANO	RECURSOS CAPTADOS NO S CURSOS (Em Milhões de Reais)	RECURSOS DESTINADOS À EXTECAMP (Reais)	PROPORÇÃO REAL DESTINADA À EXTECAMP (%)
1994	0,73	27.288,47	3,72
1995	1,55	47.481,00	3,06
1996	3,07	96.790,12	3,12
1997	4,28*	97.792,42	2,28
1998	3,62	131.988,71	3,64
1999	4,63	161.406,28	3,48
2000	5,67	184.234,61	3,24
2001	8,43	245.118,57	2,88

* PEC - Programa de Educação Continuada, isento de recolhimento de FAE.